

EGRESSOS DE CURSOS DE LICENCIATURA EM PSICOLOGIA: motivações, dificuldades e perspectivas

ESTUDIANTES DE ENSEÑANZA DE PSICOLOGÍA: motivaciones, dificultades y
perspectivas

TEACHING PSYCHOLOGY STUDENTS: motivations, difficulties and
perspectives

Lucas Antunes Machado¹

<https://orcid.org/0000-0002-1165-7740>

Lineu Norio Kohatsu²

<https://orcid.org/0000-0003-1629-4296>

Omar Calazans Nogueira Pereira³

<https://orcid.org/0000-0001-8323-4520>

Resumo:

Neste artigo, discute-se as motivações, dificuldades e perspectivas de egressos de cursos de licenciatura em Psicologia. Para isto, recorreu-se a uma análise dos dados do Censo da Educação Superior realizado pelo INEP dos últimos dez anos e a uma pesquisa empírica realizada com egressos de oito instituições de Ensino Superior de quatro estados brasileiros (RS, RJ, GO, SP). O estudo empírico teve por objetivo identificar as motivações para o ingresso na licenciatura, as dificuldades durante o curso e as perspectivas profissionais dos/as egressos/as. Participaram da pesquisa 41 egressos/as, de ambos os sexos, formados/as em instituições universitárias públicas e privadas. O instrumento de coleta de dados foi um questionário disponibilizado em formulário online. Com base na análise de dados do INEP, percebe-se que as mudanças nas Diretrizes Curriculares dos cursos de Psicologia não resultaram em aumento de matrículas. Os resultados da

¹ Doutorando em Sociologia e mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Curso de Psicologia na Faculdade Anhanguera e Sociologia na rede pública do Estado do Rio Grande do Sul. Integrante do Coletivo bell hooks: Formação e Políticas do Cuidado e pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência (NEPEVI/PUCRS). E-mail: lucas.machado@outlook.com.br.

² Doutor e mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano no Instituto de Psicologia (IPUSP). E-mail: lineu@usp.br

³ Mestre em Psicologia Social, bacharel e licenciado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Possui MBA em Gestão Escolar pela USP. E-mail: omar.calazans@gmail.com.

Como referenciar este artigo:

MACHADO, Lucas Antunes; KOHATSU, Lineu Norio; PEREIRA, Omar Calazans Nogueira. Egressos de cursos de Licenciatura em Psicologia: motivações, dificuldades e perspectivas. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 25, p. 1-26, 2023.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v25io.7148>

pesquisa empírica revelaram que a motivação pela licenciatura se deu pelo interesse/gosto pela educação, muito embora alguns egressos desconheçam as possibilidades de inserção profissional e não atuem e/ou pretendam atuar como professor de Psicologia na Educação Básica. Embora a Psicologia tenha sido excluída do currículo do Ensino Médio, entende-se que os conhecimentos da disciplina podem contribuir com as discussões sobre os direitos humanos e as enfrentamento de políticas de dominação e opressão social através de um ensino-aprendizagem engajado e crítico. No entanto, para que isso ocorra é necessário que se discuta a continuidade e a qualidade dos cursos de formação de professores em Psicologia.

Palavras-chave: Educação. Psicologia. Formação de Professores.

Resumen:

En este artículo se discuten las motivaciones, dificultades y perspectivas de los egresados de curso de formación de profesores de Psicología. Se analizaron los datos del Censo de Educación Superior realizado por el INEP en los últimos diez años y una encuesta empírica realizada con egresados de ocho instituciones de educación superior en cuatro estados brasileños con el objetivo de identificar las motivaciones para ingresar a la carrera, las dificultades durante el curso y las perspectivas profesionales de los egresados. Participaron 41 egresados, de ambos sexos, de instituciones universitarias públicas y privadas. Se utilizó un cuestionario disponible en un formulario en línea. Con base en el análisis de los datos del INEP, se puede observar que los cambios en las Directrices Curriculares no se tradujeron en un aumento de matrículas. Los resultados de la investigación empírica revelaron que la motivación por la carrera se debió al interés por la educación, todavía algunos egresados desconocen las posibilidades de inserción profesional y no pretenden actuar como docente de Psicología en la Educación Básica. Aunque la Psicología haya sido excluida del currículo de la Enseñanza Media, se entiende que el conocimiento de la disciplina puede contribuir a las discusiones sobre derechos humanos y al enfrentamiento de las políticas de dominación y opresión social a través de una enseñanza-aprendizaje comprometida y crítica. Sin embargo, para que esto ocurra, es necesario discutir la continuidad y la calidad de los cursos de formación docente en Psicología.

Palabras-clave: Educación. Psicología. Formación de maestros.

Abstract:

This article discusses the motivations, difficulties and perspectives of undergraduate students from Psychology teaching courses. For this, an analysis of data from the Census of Higher Education (INEP) from the last ten years and an empirical research carried out with graduates from eight higher education institutions in four Brazilian states were used. The empirical study aimed to identify the motivations for enrolling the degree, the difficulties during the course and the professional perspectives of the undergraduates. A total of 41 students, of both genders, trained in public and private higher education institutions participated in the research. The data collection instrument used was a questionnaire made available in an online form. Based on the analysis of INEP research, it was noticed that a change in the teaching Psychology Curricular Guidelines did not result in an increase of applications. The results of the empirical research revealed that the motivation for enrolling in the course was due to the interest/taste for education, although some undergraduates are unaware of the possibilities of professional insertion and do not act and/or intend to act as a Psychology teacher in basic education. Although Psychology has been excluded from the High School curriculum, it is possible to understand that the subject knowledge can contribute to discussions about human rights and the confrontation of policies of domination and

social oppression through an engaged and critical teaching-learning process. However, in order for it to happen, the continuity and quality of the teaching Psychology degree should be discussed.

Keywords: Education. Psychology. Teacher Training.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, são apresentados os dados de uma pesquisa realizada com egressos de cursos de licenciatura em Psicologia de oito instituições de ensino superior, públicas e privadas, situadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. A pesquisa teve por objetivo identificar as razões para cursar a licenciatura, as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante o curso e as perspectivas após a conclusão. O estudo foi motivado pelas mudanças decorrentes das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Cursos de Psicologia, Resolução nº 5/2011 (BRASIL, 2011), pelas experiências dos autores no campo do ensino de Psicologia na Educação Básica (Ensino Médio e Educação Profissional) e na formação de professores na licenciatura em Psicologia.

No Brasil, a habilitação de licenciatura prevê, especificamente, a formação de professores para atuar na Educação Básica, qual seja, nos níveis de Educação Infantil, Ensino Médio e Ensino Superior ou na modalidade de Educação Profissional, conforme a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) e Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015). Nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais de cursos de Psicologia – DCN, Resolução nº 5/2011 (BRASIL, 2011), a formação de professores de Psicologia para Educação Básica permanece como projeto pedagógico complementar a ser desenvolvido ao longo da formação do bacharelado em Psicologia (BRASIL, 2011). O oferecimento da licenciatura se torna obrigatório para as instituições de Ensino Superior com cursos de Psicologia, mas facultativa aos estudantes. No entanto, como será mostrado adiante, a análise dos dados do Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostra a tendência de declínio no número de instituições de Educação Superior que oferecem a licenciatura em Psicologia e, conseqüentemente, na diminuição das matrículas e de egressos.

Algumas dificuldades e tensões institucionais foram reportadas por coordenadores de cursos de Psicologia no processo de implementação do referido projeto complementar (OLIVEIRA *et al.*, 2017). Contudo, sugerem as autoras, é importante a implementação da licenciatura em Psicologia, sobretudo no que se refere à manutenção da disciplina de Psicologia como componente curricular em cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio.

Embora os conhecimentos da Psicologia estejam presentes na educação escolar desde o século XIX, compondo os currículos do curso Normal para a formação de professores (MASSIMI, 1993; ANTUNES, 2004), sendo a docência prevista também na Lei nº 4.119/1962, que regulamentou a profissão de psicólogo no Brasil, o ensino de Psicologia na Educação Básica tem sido uma atividade pouco valorizada pelos profissionais da área (SIMÕES; PAIVA, 2007). Sob a vigência da Lei nº 5.692/1971, sancionada durante o governo militar, as disciplinas de Psicologia, Sociologia e Filosofia foram retiradas do currículo do 2º grau sob o argumento da necessidade de implementar a educação técnica compulsória.

Na década de 1990, a Psicologia não é mencionada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9394/1996 (BRASIL, 1996), tal como ocorreu com a Filosofia e Sociologia, fato que, posteriormente, possibilitou a ambas se tornarem disciplinas obrigatórias pela Lei nº 11.684/2008, que altera o artigo 36 da LDBEN (BRASIL, 2008). A Psicologia, por sua vez, a despeito do não reconhecimento oficial, manteve-se no currículo do Ensino Médio de alguns Estados e nos cursos de magistério, mas foi retirada, gradualmente, até se extinguir definitivamente, mantendo-se somente como componente curricular em cursos técnicos (PANDITA-PEREIRA, 2011; KOHATSU *et al.*, 2016).

No ano 2008, o Conselho Federal de Psicologia e o Sistema de Conselhos de Psicologia incluíram o ensino de Psicologia como um dos eixos no ano da Psicologia na Educação, fato que provocou reações pela discordância da Psicologia como disciplina no Ensino Médio.

Um dos questionamentos mais comuns para a não realização da licenciatura, tanto por parte das instituições de Educação Superior quanto dos estudantes de Psicologia, é a escassez de campos de estágio curricular e possibilidades de atuação profissional. No entanto, percebe-se o desconhecimento das oportunidades de atuação do licenciado em Psicologia nos cursos técnicos, no Ensino Fundamental e na educação não formal, campos

previstos nas DCN de cursos de Psicologia, mas ainda pouco explorados em pesquisas.

Apesar da desvalorização e dos questionamentos, a licenciatura em Psicologia e a docência na Educação Básica, embora numericamente não expressivas, têm sido objetos de estudos e investigação. Em relação aos artigos relacionados à licenciatura em Psicologia, menciona-se Simões e Paiva (2007); e Machado e Vitória (2018); sobre orientação profissional e licenciatura em Psicologia, há o artigo de Pereira (2016); e sobre o PIBID⁴ e licenciatura em Psicologia, o artigo de Balduino *et al.* (2015). Também é possível mencionar outros trabalhos que discutem sobre o ensino de Psicologia no Ensino Médio (DADICO, 2009; KOHATSU, 2010, 2013, 2015; KOHATSU; MACHADO, 2018; MACHADO, 2016, 2021); sobre o ensino de Psicologia no Ensino Fundamental (PEREIRA, 2019); e trabalhos sobre o ensino de Psicologia em cursos técnicos (KOHATSU *et al.*, 2016; PANDITA-PEREIRA, 2011).

Entende-se que a Educação Básica não deveria ter como prioridades apenas a preparação do jovem para disputar uma vaga no mercado de trabalho, cada vez mais precarizado, instável e aviltante, ou para concorrer a uma vaga na elitizada e seletiva na Educação Superior. Tendo como princípio a defesa da educação pública, gratuita, democrática, inclusiva e emancipadora e a formação do jovem para o enfrentamento de uma sociedade injusta, desigual, excludente e violenta, a questão que novamente se coloca é se os conhecimentos da Psicologia podem contribuir para a formação crítica do jovem no sentido de ajudá-lo a compreender o mundo contraditório em que vive e ampliar as perspectivas de atuação consciente e crítica, conforme propôs Leite (2007). Nesse sentido, a visão crítica da Psicologia pode, inclusive, ser um instrumento crítico contra a visão psicologizante e reducionista dos fenômenos sociais e contribuir para o fortalecimento da educação para a defesa dos direitos humanos, na contramão de todas as formas de discriminação, seja ela de classe, de cor/etnia/raça, de gênero/orientação sexual, conforme defende Bell Hooks⁵ (2017), professora universitária feminista negra estadunidense,

⁴ PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Mais informações podem ser obtidas no site: <http://portal.mec.gov.br/pibid>.

⁵ A grafia em minúsculo é uma solicitação de Gloria Jean Watkins, que utiliza o pseudônimo bell hooks em alusão a avó paterna, Bell Blair Hooks. A autora justifica a grafia de seu pseudônimo em letras minúsculas também para demarcar seu posicionamento político em relação à academia, pois quer dar ênfase às suas ideias e não à sua pessoa.

militante da educação antirracista e antissexista e que tem entre as suas principais referências a Pedagogia libertadora de Paulo Freire.

E, para além do espaço da sala de aula, ressalta-se que o/a professor/a licenciado/a em Psicologia na escola poderá contribuir para o debate interdisciplinar do currículo e do Projeto Político-Pedagógico da escola onde atua, sobretudo considerando as mudanças atuais no Ensino Médio. Controvérsias à parte sobre as disputas de concepções ao longo do processo de sua elaboração, a implementação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) do Ensino Médio ressuscita, de certo modo, o debate acerca das contribuições dos conhecimentos da Psicologia na formação do jovem, haja vista que traz, nas dez competências elencadas como requisito para a conclusão do Ensino Médio, temas relativos a aspectos da Psicologia (BRASIL, 2017).

LICENCIATURA EM PSICOLOGIA EM NÚMEROS

A obrigatoriedade do oferecimento da licenciatura em Psicologia pelas instituições de Educação Superior, conforme estabelecido pelas DCN de Cursos de Psicologia, Resolução nº 5/2011 (BRASIL, 2011), não alcançou os resultados esperados, como mencionado anteriormente. Embora o oferecimento seja obrigatório aos cursos de Psicologia, a realização da licenciatura é opcional aos estudantes de Psicologia, conforme o Art. 13º das DCN de Cursos de Psicologia.

Realizamos uma análise dos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2019) estabelecendo um recorte de onze anos (2009-2019). Elegemos para análise: 1) número de Instituições de Educação Superior com Curso de Formação de Professores de Psicologia; 2) matrículas nos referidos cursos; 3) número de concluintes.

Há dados desde o ano de 2009, mas em um período de cinco anos (2010-2014) não constam informações sobre a licenciatura em Psicologia. Assim, apresentamos os dados a partir do ano de 2015 até 2019, ano da coleta de dados desta pesquisa.

Quadro 1 – Número de Instituições com curso de Formação de professor de Psicologia

Ano	Total	Públicas	Privada
-----	-------	----------	---------

2015	16	11	5
2016	15	10	5
2017	11	8	3
2018	11	8	3
2019	11	8	3

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do INEP.

Conforme o quadro 1, nota-se uma diminuição gradativa do número de instituições de Educação Superior com cursos de formação de professor de Psicologia no período de 2015 a 2019. A maioria das instituições são públicas (federal, estadual e municipal). De acordo com o Censo de 2019, constam apenas 11 cursos de formação de professor de Psicologia, sendo 8 públicas e 3 privadas. Considerando o número total de cursos de Psicologia no Brasil (755), são pouquíssimos os que oferecem a formação de professor, ou seja, a licenciatura em Psicologia.

Quadro 2 – Número de Matrículas em Cursos de Formação de professor de Psicologia

Ano	Total	Públicas	Privada
2009	430	429	1
2015	1.426	622	804
2016	1.071	565	506
2017	857	507	350
2018	882	434	448
2019	1.022	491	531

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do INEP.

Há dados disponíveis desde 2009, mas no período de 2010 a 2014 não constam informações sobre o número de matrículas nos cursos de formação de professor em Psicologia. Observa-se um salto de 2009 a 2015, de 430 matrículas para 1.426; em 2009, com exceção de uma instituição privada, as demais são todas públicas, mas, em 2015, há um predomínio das instituições privadas. A partir de 2015, verifica-se uma tendência de

diminuição nas matrículas, com um ligeiro aumento em 2018 e um crescimento mais significativo em 2019. É curioso que o número de matrículas nas instituições públicas e privadas não seja tão discrepante, inclusive em alguns anos (2015, 2018 e 2019), o número de matrículas nas instituições privadas é maior do que nas públicas, porém, considerando que o número de instituições públicas que oferecem licenciatura em psicologia é maior, proporcionalmente, há mais alunos cursando licenciatura nas poucas instituições particulares. No ano de 2019, por exemplo, oito instituições públicas ofereciam licenciatura, com 491 alunos matriculados; ao passo que três instituições particulares tinham 531 matriculados, número maior em termos absolutos e relativos.

Em comparação ao número total das matrículas nos cursos de Psicologia (270.239), tomando como referência o ano de 2019, o número de matrículas na licenciatura (1.022) é insignificante (0,38%).

Quadro 3 – Número de Concluintes em Cursos de Formação de professor de Psicologia

Ano	Total	Públicas	Privada
2009	82	81	1
2015	218	84	134
2016	180	94	86
2017	136	77	59
2018	124	102	22
2019	174	86	88

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do INEP.

Conforme observa-se no quadro 3, há um salto no número de concluintes de 2009 a 2015. De 2015 a 2018, nota-se uma tendência decrescente; no ano de 2019 o número de concluintes é superior aos dois anos anteriores (2018 e 2017), mas inferior a 2015 e 2015, este último sendo o ano com o maior número de egressos desde o início da vigência das DCN de cursos de Psicologia, Resolução nº 5/2011 (BRASIL, 2011). Em 2015 e 2019, o número de egressos das privadas é maior do que o das públicas.

Em comparação ao número total de egressos dos cursos de Psicologia no país

(37.584), referente ao ano de 2019, os egressos dos cursos de formação de professores de Psicologia (174) representam apenas 0,46%. Ou seja, menos de um em cada cem formados em Psicologia cursou a licenciatura.

Não temos dados para saber os motivos pelos quais nas instituições de Educação Superior com cursos de Psicologia não são realizados cursos de formação de professores. Pode-se inferir que não há oferta porque não há procura por parte dos estudantes de Psicologia, mas, por outro lado, talvez não haja procura por desconhecimento de que a licenciatura é prevista nas DCN de cursos de Psicologia. Além do desconhecimento por parte dos alunos e profissionais, há também aqueles que não concordam com a presença da Psicologia na Educação Básica.

Outra hipótese sugerida é o fato de a licenciatura em Psicologia ser ofertada na forma de complementação pedagógica ao bacharelado. De acordo com Oliveira *et al.* (2017), o caráter complementar da licenciatura em Psicologia culmina em duas situações para a formação: uma drástica redução dos cursos de licenciatura em Psicologia no Brasil; e a supressão do campo da educação na formação em Psicologia, que se expressou através do encolhimento da oferta de disciplinas voltadas para a área na formação de psicólogos e número limitados de ênfases no campo da educação em cursos de Psicologia do país. Este cenário pouco favorável à licenciatura em Psicologia apontado por Oliveira *et al.* (2017) é corroborado pelos dados do INEP que apontam para uma considerável redução de cursos de licenciatura em Psicologia mesmo frente à sua obrigatoriedade prevista por lei.

O argumento da escassez de campos de estágio supervisionado para os licenciandos em Psicologia, assim como a suposta inexistência de um campo para atuação docente, em parte decorre do desconhecimento das possibilidades de docência existentes nos cursos técnicos (PANDITA-PEREIRA, 2011; KOHATSU *et al.*, 2016), no Ensino Fundamental (PEREIRA, 2019) e no potencial a ser explorado no campo da educação não formal, a qual é discutida em profundidade por Gohn (2016), embora não mencione especificamente o licenciado em Psicologia.

Deve-se considerar também que a limitação dos espaços de atuação pode ser uma decorrência do desinteresse, do não investimento e da ausência de licenciados em Psicologia na educação. A docência na Educação Básica, tal como mostrado nas pesquisas com professoras/es de Psicologia da rede estadual de São Paulo (KOHATSU, 2013, 2015),

raramente se apresentou como a primeira opção de atuação das/os profissionais da área. No entanto, não se pode esquecer de que o desencanto pela docência (GATTI, 2010) não é exclusividade dos profissionais da Psicologia, mas um fenômeno generalizado, causado pela precarização das condições de trabalho, baixa remuneração e desprestígio social.

Apesar da desvalorização da profissão docente, entende-se que a discussão em torno da formação não pode ser abandonada. Pelo contrário, deve-se pensar em como contribuir para a formação dos futuros profissionais para o enfrentamento dessa realidade tão desafiadora e para uma formação que não se limite à instrução técnica para a execução de práticas pedagógicas estandardizadas e burocráticas, mas que estimule a reflexão crítica e contribua para a compreensão do sentido político da educação e para o fortalecimento da autonomia da escola pública, democrática, solidária e inclusiva.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Participantes

Participaram da pesquisa 41 licenciados em Psicologia, de ambos os sexos, egressos de oito instituições de Ensino Superior, sendo quatro instituições públicas (São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul) e quatro instituições privadas (São Paulo). O critério de inclusão para participação no estudo foi que os participantes fossem egressos de cursos de licenciatura em psicologia no momento da pesquisa.

Instrumento

Aos participantes foi disponibilizado um questionário em formulário online. Inicialmente, foram solicitados os dados dos participantes e dos cursos (gênero; idade; ano em que se formou na licenciatura em Psicologia; tipo de instituição – pública ou privada; estado e cidade em que cursou a licenciatura; nome da instituição). As questões seguintes eram relacionadas à licenciatura em Psicologia: a) motivação para o ingresso na licenciatura; b) dificuldades e obstáculos enfrentados durante o curso; c) atividades/ocupações após a conclusão da licenciatura.

Procedimento de coleta de dados

Os contatos das/os participantes foram obtidos por intermédio dos coordenadores do curso de Psicologia, contatados pelo grupo virtual de coordenadores de cursos de Psicologia da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP. Três coordenadores de curso responderam que, em suas instituições (duas privadas e uma pública), a licenciatura não estava em funcionamento.

O convite para participar da pesquisa foi enviado individualmente por correio eletrônico e através de aplicativo de troca de mensagem instantânea com egressos que informaram os contatos de e-mail e/ou telefone de outros possíveis interessados em participar da pesquisa. No mesmo e-mail do convite foi enviado o acesso ao questionário online. Todos os convites foram realizados no segundo semestre de 2018. A amostra desta pesquisa se configura como não probabilística, não sendo representativa do universo de egressos dos cursos de licenciatura em Psicologia do país.

Procedimento de análise de dados

Os dados obtidos nas questões objetivas referentes aos participantes e às respectivas instituições de ensino foram agrupados por tipo de instituição (pública X privada) e em cada uma dessas, agrupados por estados e indicado o número de participantes por gênero. As respostas dissertativas às questões abertas foram organizadas por unidades de sentido, como serão mostradas no item dos resultados e discussão.

Procedimentos éticos

Ao acessar o formulário eletrônico, a primeira página informa o/a participante sobre o tema e os objetivos da pesquisa, o nome dos pesquisadores, as respectivas filiações institucionais e seus e-mails para contato. Consta que a participação ocorrerá pelo preenchimento do questionário online e, seguindo as orientações da Resolução CNS

466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, sendo garantido o anonimato dos participantes, assim como das suas instituições educacionais. Por fim, foi informado que a participação era voluntária e que sua autorização poderia ser retirada a qualquer momento, sem prejuízo ao participante. Também, foi comunicado que os resultados da pesquisa poderiam ser divulgados em eventos e publicações científicas, contribuindo para melhorar o conhecimento sobre a Licenciatura em Psicologia no Brasil. Após esse esclarecimento e antes do acesso às questões do formulário, foi perguntado se o participante concorda com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com duas opções: concordo ou não concordo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram enviados 192 convites por e-mail, dos quais obteve-se o retorno de 41 egressos. Não foram poucos os endereços que não estavam corretos e que retornavam com resposta automática informando que o e-mail era inválido ou inexistente, portanto, sem sequer encontrar o destinatário.

Os participantes eram de quatro instituições públicas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul e quatro instituições privadas de São Paulo.

Das/os 41⁶ (100) participantes, 36 (88,0) eram do sexo feminino e 5 (12,0) do masculino. A faixa etária das/os participantes variou entre 23 e 48 anos, sendo a idade média de 30 anos, sem diferença significativa entre as/os participantes das instituições públicas e privadas. Pela experiência dos pesquisadores, esperava-se que as/os egressas/os das instituições privadas fossem mais velhas/os em comparação com as/os egressas/os das públicas.

Obteve-se maior número de respostas de egressos de instituições públicas, totalizando 30 respondentes; e 11 de quatro instituições privadas (IPr). O número chama a atenção, pois, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2017, 2018 e 2019, constam apenas três instituições privadas com cursos de formação de professores de Psicologia no país.

⁶ Não foram consideradas as respostas de uma participante que informou ter trancado o curso.

As respostas às questões relacionadas à licenciatura foram organizadas em três blocos: I – motivos para cursar a licenciatura; II – dificuldades e obstáculos encontrados durante o curso; III – atividades/ocupações após a conclusão da licenciatura. Em cada bloco foram sistematizadas as respostas das questões relacionadas.

Bloco I – Motivos para cursar a licenciatura

Nas respostas redigidas por alguns dos participantes, havia mais de uma razão para cursar a licenciatura sendo, portanto, inserida em mais de um agrupamento. O “interesse pela docência/ensino” (11 respostas) foi a justificativa mais citada para cursar a licenciatura. Incluída nesse grupo, destacamos a resposta de uma egressa de universidade pública que escreveu “Lecionar Psicologia no ensino médio e técnico”. O fato de apenas uma participante ter mencionado o ensino técnico pode indicar desconhecimento desse campo como alternativa à atuação do licenciado em Psicologia pela maioria dos participantes.

A segunda justificativa com mais menções foi o “interesse pela educação” (9 respostas). Essas respostas não foram agrupadas como “interesse pela docência/ensino” porque entendemos que o interesse pela educação poderia não significar interesse pelo ensino, mas talvez, interesse pela atuação como psicólogo escolar. Como são distintas, conforme Souza (2007) e Machado (2016), mantivemos as respostas separadas em categorias diferentes. A “formação mais completa” (7 respostas) e a “ampliação das possibilidades de atuação profissional” (7 respostas) compareceram empatadas em terceiro lugar. A “opção de cursar licenciatura com bacharelado” (6) foi a quarta mais mencionada e o “aprimoramento do conhecimento em didática” (3) foi o quinto motivo mais citado para cursar a licenciatura.

Algumas justificativas apresentadas chamam a atenção pelo caráter peculiar, como cursar a licenciatura “para participar do PIBID” (2 respostas). Na licenciatura em Psicologia, algumas experiências com o PIBID são divulgadas no âmbito da formação de licenciandos em Psicologia (BALDUÍNO *et al.*, 2015). Outras respostas foram mencionadas apenas uma vez: “para manter vínculo com a universidade pública”; “amadurecimento para um futuro mestrado” e “cursar a licenciatura por ser obrigatória”.

Em relação ao período de início da licenciatura, a maioria dos estudantes das

instituições privadas iniciou a licenciatura cursando as disciplinas específicas, nos três primeiros anos. Em relação aos estudantes das instituições públicas, a maioria iniciou a licenciatura entre o segundo e o terceiro ano do curso. Chama a atenção que somente estudantes de instituições públicas iniciaram a licenciatura após a conclusão do bacharelado.

Na instituição de ensino pública de Goiás, as participantes informaram o início da licenciatura nos três primeiros anos do curso. Já na do Rio Grande do Sul, quatro dos seis participantes iniciaram a licenciatura depois de concluírem o bacharelado. Na instituição de São Paulo, por sua vez, um participante iniciou a licenciatura após o bacharelado; dois participantes iniciaram no final do curso e três a partir do terceiro ano.

Não foi possível saber o que determinou o período de início da licenciatura. A questão que se coloca e que precisaria ser investigada é quais as repercussões decorrentes do período de início da licenciatura na formação das/os estudantes. Por exemplo, será que o início da licenciatura mais cedo ou tardio proporcionaria maior ou menor articulação com o bacharelado?

De acordo com o que recomenda a Resolução CNE/CP 2/2015 (BRASIL, 2015), que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em cursos de licenciatura, a formação inicial de professores da educação básica requer uma identidade própria de curso de licenciatura que esteja articulado ao curso de bacharelado.

Bloco II – Dificuldades e obstáculos encontrados durante o curso

Das/os 41 participantes, 32 (78,0%) assinalaram dificuldades/obstáculos enfrentadas durante a realização da licenciatura, ou seja, a maioria, tanto nas instituições públicas (80,0%) como das privadas (81,8%).

Os motivos mais citados, em ordem decrescente foram:

- Disponibilidade de tempo, incompatibilidade de horários, dificuldades para conciliar horário com trabalho, aumento de carga horária, sobrecarga de atividades (17 respostas);
- Estágio supervisionado: carga horária, dificuldades para encontrar local de estágio, distância (10);

- Falta de informação/esclarecimento sobre a licenciatura (2);
- Professores mal preparados (1);
- Pouca oferta de disciplinas, algumas oferecidas apenas uma vez por ano (1);
- Problemas burocráticos (1).

Como se pode ver, as dificuldades mais citadas estavam relacionadas ao aumento da carga horária, sobrecarga de atividades e à dificuldade em conciliá-las com as disciplinas do bacharelado e com o trabalho. Mesmo nas respostas em que indicam a realização de estágio como uma dificuldade, a sobrecarga de horas também é citada.

Das/os nove participantes que assinalaram que não tiveram dificuldades, três relataram “somente sobrecarga de disciplinas, somando com o bacharelado”; “porém a faculdade ficou mais puxada, pois tinham mais estágios e um TCC”; “a carga horária foi muito pesada, mas não posso dizer que foi um obstáculo”.

As dificuldades na realização do estágio comparecem como o segundo aspecto mais citado. A dificuldade para encontrar local de estágio foi mencionada apenas duas vezes (instituição pública e privada), dificuldade que poderia ser maior considerando que a disciplina de Psicologia foi retirada do currículo do Ensino Médio, embora permanecendo em cursos técnicos profissionalizantes. A dificuldade em encontrar local de estágio permite supor que a escolha do local era de responsabilidade do aluno nessas instituições, diferentemente de outra instituição pública que indicava a escola onde o estágio deveria ser cumprido. No entanto, nesse caso, a participante comenta que essa obrigatoriedade resultava em dificuldade por ser um local distante de sua residência.

Ainda sobre a realização do estágio, uma das participantes, egressa de instituição pública, relatou que o estágio foi realizado em um centro comunitário, onde ministrava aulas para “crianças carentes” (sic). E complementa informando que teve “pequena dificuldade em adaptar as temáticas da Psicologia no ensino a essas crianças”. A resposta dada por essa participante recorda a possibilidade de realização de estágios curriculares e atuação do licenciado em Psicologia em instituições de educação não formal, tal como previsto nas DCN para os cursos de Psicologia, artigo 13, no entanto, adverte para a necessidade dessa alternativa ser mais discutida nos cursos de licenciatura.

Outros aspectos foram citados: falta de informação/esclarecimento sobre a

licenciatura (instituição pública e privada); professores mal preparados (instituição pública); pouca oferta de disciplinas (instituição pública); problemas burocráticos (instituição pública).

As dificuldades reportadas pelos egressos na formação em licenciatura têm sido debatidas na literatura (MRECH, 2007; LEITE, 2007; MACHADO, 2016; MACHADO; VITÓRIA, 2018). Mrech (2007) e Leite (2007) já discutiram a dificuldade que estudantes e profissionais da Psicologia têm em compreender o papel do professor de Psicologia no Ensino Médio, deixando a Psicologia relegada aos tradicionais campos de atuação em clínica, social ou organizacional. Esta dificuldade em compreender e até discutir o que faz o professor de Psicologia na escola tem repercussões na formação do licenciado, tal qual os dados desta pesquisa remetem.

Pode-se colocar à baila como principais dificuldades/obstáculos para se pensar a licenciatura e o ensino de Psicologia justamente o pouco espaço relegado a este campo na própria formação em Psicologia (MACHADO, 2016; MACHADO; VITÓRIA, 2018). Machado e Vitória (2018) ainda mencionam que questões de falta de informação e conhecimento sobre a licenciatura, pouco preparo docente para a disciplina ou até falta de professores qualificados para a mesma são questões que deveriam ser repensadas junto à categoria a fim de se reorganizar a forma como a formação pedagógica do professor de Psicologia nos cursos de graduação é apresentada aos estudantes.

Cabe ainda a ressalva de que às dificuldades e obstáculos arrolados pelos estudantes fora somada a questão se já pensaram na possibilidade de trancar ou desistir do curso de licenciatura. E, mesmo diante das dificuldades encontradas, apenas 18 participantes declararam que pensaram em trancar ou desistir da licenciatura. As razões apresentadas foram: demanda, dedicação, dificuldade para conciliar com estágio remunerado ou trabalho, cansaço e estresse, sobrecarga de atividades, desgaste físico e psíquico (8); matérias/aulas na educação não eram nada dinâmicas, eram bem ruins (2); não tinha interesse em dar aulas de Psicologia (1); interesse em outras áreas (1); mestrado (1); professores com pouca didática (1); professores humilhando alunos (1); dificuldades de informação (1); problemas pessoais/saúde (2).

Assim como no item anterior, as razões mais frequentes foram relacionadas ao aumento da demanda e dedicação, sobrecarga, cansaço e desgaste. As dificuldades aqui

arroladas não são condições exclusivas de alunos da licenciatura em Psicologia, mas das licenciaturas como um todo. Em geral, os cursos de Pedagogia e licenciatura no Brasil são predominantemente ofertados no turno da noite e o perfil de aluno destas graduações é o do estudante/trabalhador.

É interessante observar que, apenas três participantes, explicitaram desinteresse pelo ensino ou interesse em outras áreas. No entanto, a participante que declarou não ter interesse em dar aulas de Psicologia, manifestou que tinha interesse na área da educação, com experiência de mais de 10 anos na área. Comentou também que alguns estágios obrigatórios “foram bem proveitosos, mas outros nem tanto”. Reiterou ainda a distância da universidade em relação à sua residência e por terem sido sete anos de formação – cinco de bacharelado e dois para terminar a licenciatura como fatores dificultadores.

Além da sobrecarga representada pela licenciatura, as críticas às aulas na educação (duas respostas), à didática (uma resposta) e à atitude de professores (uma resposta) foram consideradas como desestimulantes aos alunos. Apesar das opiniões e questões particulares (problemas pessoais/saúde), a discussão sobre a sobrecarga que representa a licenciatura na vida de muitos alunos deve ser mais investigada, pois pode estar relacionada à estrutura e organização curricular de cada instituição de ensino.

Duas participantes de duas universidades públicas citaram, além do cansaço, campo de atuação bem específico/mercado de trabalho restrito também como justificativa para cogitarem o trancamento ou desistência da licenciatura em Psicologia. Uma delas escreveu ainda que, em muitas escolas, não se exige a licenciatura para o ensino de Psicologia, dado que precisaria ser mais investigado. Esta situação é corroborada pela experiência de muitos professores que atuam em escolas da Educação Básica. Em suma, uma proporção considerável de professores atuantes na educação básica dando aulas para as quais não têm formação específica (ALVES; SILVA, 2013; GATTI, 2010).

Ainda no bloco de respostas atinentes às “Dificuldades e obstáculos encontrados durante o curso”, nove participantes reafirmaram que não enfrentaram dificuldades. Das que enfrentaram dificuldades, as justificativas para continuar e concluir a licenciatura foram: interesse na formação docente; importância da licenciatura na formação; amor à Educação; gostar/identificação com a docência; envolvimento com a licenciatura (17); por ter concluído o estágio (1), ter cursado a maior parte das disciplinas

(6); diferencial no currículo; para ter o diploma; ter mais um campo possível de atuação; abrir novas possibilidades profissionais (4); porque não era opcional; não teria como se formar (2); incentivo por participar do PIBID (1); retomou depois de concluir o mestrado (1).

A maioria das/os participantes apresentou como justificativa o interesse na formação docente, reconhecimento da importância da licenciatura na formação, gosto/identificação com a docência, envolvimento com a licenciatura, que possibilitaram a superação das dificuldades enfrentadas. A importância atribuída à participação no PIBID foi mencionada por duas participantes de duas instituições públicas, mas foi computada somente uma vez, pois uma delas havia mencionado também o interesse pela formação docente como primeira justificativa. A docência como uma alternativa foi também citada. Em outras pesquisas (KOHATSU, 2013, 2015), a licenciatura foi apresentada como uma possibilidade a mais de atuação pelas entrevistadas.

As respostas que referem se manter no curso para ter um diploma e ser um campo a mais para atuação demonstram como a formação docente em Psicologia para a educação básica se mostra pouco atraente entre os estudantes de graduação (SIMÕES; PAIVA, 2007). Além disso, contribuem o baixo investimento na docência, precariedade de concursos, baixos salários, falta de preparo específico são alguns motivos arrolados na literatura (GATTI, 2010; SIMÕES; PAIVA, 2007; PEREIRA, 2019). Em duas respostas, a conclusão da licenciatura foi citada como uma obrigatoriedade. As duas participantes eram da mesma instituição de ensino particular.

Bloco III – Atividades/ocupações após a conclusão da licenciatura

Das/os licenciadas/os pelas instituições públicas, 15 declararam estar atuando na área da educação e/ou ensino. As respostas foram: professora particular; orientadora de estudos para pré-vestibulandos; *Learning Support Assistant*⁷ para crianças com deficiência na Inglaterra; em instituições educativas para populações em situação de vulnerabilidade; educação à distância; professora em curso de graduação de Psicologia e pós-graduação em

⁷ Em tradução livre significa “Assistente de Apoio à Aprendizagem”.

Neuropsicologia; docente no ensino superior; tutoria em área da saúde; psicóloga escolar; técnico administrativo em instituição de ensino médio e superior, com intenção de atuar no ensino superior; psicóloga técnica do serviço-escola de curso de psicologia lidando com questões da educação e ensino; tutora acadêmica.

A razão pela qual nenhum/a participante ter declarado que está atuando na Educação Básica, seja no ensino fundamental⁸ ou médio é compreensível pelo fato de a disciplina não fazer mais parte do currículo da Educação Básica. No entanto, chama a atenção a constatação de apenas duas participantes terem atuado em curso técnico (enfermagem), campo educacional de atuação de licenciados em Psicologia, conforme Pandita-Pereira (2011) e Kohatsu *et al.* (2016).

Dos 11 participantes que declararam intenção de atuar na docência, quatro pretendem atuar no Ensino Superior. Nenhum deles fez referência explícita de querer atuar na Educação Básica. Dois participantes, mesmo com intenção de atuar na educação, referiram “estou sem perspectivas” e “não encontrei emprego nessa área”. Apenas duas participantes responderam que não pretendiam lecionar, sendo uma delas a que informou ter lecionado em curso técnico. Pelas respostas dadas por aquelas/es que estão atuando na educação/ensino e daqueles que pretendem atuar pode-se inferir como o campo de atuação profissional no ensino regular atualmente está restrito.

Das/os participantes que se formaram em instituições particulares, nenhuma está atuando na educação ou ensino, mas sete responderam que pretendem atuar na área. Quatro responderam que não pretendem, pois já estão trabalhando em outra área. Considerando todas as respostas, das/os 41 participantes, apenas seis declararam que não pretendem atuar na área da educação/ensino, resultado bastante interessante, considerando as limitações do mercado de trabalho para o licenciado em Psicologia e a pouca atratividade da profissão docente, principalmente na educação básica.

Das/os 41 participantes que responderam, 12 informaram que estão atuando enquanto psicóloga/os como ocupação profissional, predominando a atuação na área

⁸ Embora a atuação do licenciado em Psicologia no ensino fundamental não seja muito conhecida, Pereira (2019) discute a docência do professor de psicologia nesse nível de ensino.

clínica. Uma participante informou que é psicóloga em CAPS⁹, mas está afastada. Uma participante respondeu que é residente em Saúde Mental, área relacionada à psicologia. Dos sete participantes que informaram “estudante” como ocupação atual, um informou ser estudante de doutorado.

Sete participantes informaram ocupações que não estão relacionadas à Psicologia: servidoras públicas, operadora de telemarketing, serviço de apoio ao cliente, empresária e técnica em assuntos educacionais, mas esta última é exercida em instituição de ensino médio e superior. Três participantes responderam que estão desempregadas ou não exercem atividades; dois são formados em instituições públicas e uma em instituição privada.

Dez participantes não responderam esta questão, pois era exclusiva para aqueles que não estão atuando na educação/ensino. No entanto, alguns participantes que declararam atuar na educação na questão anterior responderam, mas reiterando a informação que atuam na educação.

Também foi possível averiguar os motivos pelos quais os egressos não estavam atuando no campo da educação/ensino. As respostas mais frequentes para esta pergunta estão relacionadas à falta de oportunidade (14 respostas), que pode ser compreendida pela restrição do campo de atuação do licenciado em Psicologia na Educação Básica. No estado de São Paulo, como citado na introdução deste artigo, a disciplina de Psicologia foi retirada do currículo do Ensino Médio no final do ano de 2007 (DADICO, 2009; KOHATSU, 2010, 2013). No entanto, ainda que restritas, existe a possibilidade de atuação em cursos técnicos. Desse modo, quando uma das participantes responde que “não existe ensino de Psicologia fora do Ensino Superior” revela desconhecimento das possibilidades de atuação, ainda que restritas à educação formal. Não se pode desconsiderar ainda que a atuação em setores de educação não formal também está prevista nas Diretrizes.

Uma das participantes respondeu que encontrou “melhores oportunidades de trabalho na área da saúde mental”; outra respondeu que considera seu emprego como psicóloga clínica melhor, em comparação ao realizado na educação. Outra resposta que chama atenção menciona que “a graduação em Psicologia (bacharelado e licenciatura) não

⁹ Centro de Atenção Psicossocial.

foram suficientes” para inserção no mercado, levando a participante a cursar a segunda graduação em Direito, com a qual se identificou mais. Essa participante concluiu sua graduação em Psicologia em uma instituição pública.

Sem deixar de considerar que o campo de atuação do licenciado em Psicologia na educação ficou mais restrito, o desinteresse pela docência na educação básica, principalmente pública, tem se generalizado, tal como discutido inicialmente. O desprestígio da docência é um fenômeno que extrapola o âmbito da Psicologia e precisa ser mais cuidadosamente refletido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe resultados de uma pesquisa que teve como objetivo conhecer as motivações, desafios e perspectivas de egressos de cursos de licenciatura em Psicologia. Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário online enviado para os coordenadores de curso e egressos de licenciatura em Psicologia de quatro Estados brasileiros: Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro. O estudo contou com a participação de 41 egressos de licenciatura em Psicologia oriundos de oitos instituições de ensino superior – quatro instituições públicas e quatro privadas.

Com relação à atual situação da licenciatura em Psicologia, sugerida a partir da análise dos dados do INEP, constatou-se que, em relação ao número total de cursos de Psicologia no Brasil, são pouquíssimos os que oferecem a formação de professor, ou seja, a licenciatura em Psicologia. Em comparação com o número total das matrículas nos cursos de Psicologia (270.239), o número de matrículas na licenciatura (1.022) é insignificante (0,38%). A situação de egressos da formação de professor de Psicologia não é diferente. Em comparação ao número total de egressos dos cursos de Psicologia no país (37.584), os egressos dos cursos de formação de professores de Psicologia (174) representam apenas 0,46%. A pesquisa junto ao Censo Escolar demonstrou que a obrigatoriedade do oferecimento da licenciatura em Psicologia pelas instituições de Educação Superior, conforme estabelecido pelas DCN de cursos de Psicologia, Resolução nº 5/2011, não alcançou os resultados esperados.

Os dados da pesquisa empírica sugerem uma desarticulação entre disciplinas do

bacharelado e licenciatura em Psicologia. Não se sabe em que medida o caráter complementar estabelecido na Resolução CNE/CES 5/2011 induz a desarticulação entre a formação do licenciado e bacharel em Psicologia. A esta desarticulação entre projetos pedagógicos que, ao que parece, são díspares na formação dos egressos, soma-se a uma concepção de licenciatura em Psicologia como apêndice da formação do psicólogo. Esta concepção se mostra problemática e desarticulada com a formação de professores (BRASIL, 2015) na atual perspectiva de práticas como componente curricular e a articulação de disciplinas específicas e aos conhecimentos pedagógicos.

Os egressos demonstram pouco conhecimento sobre as possibilidades de inserção profissional do licenciado/professor de Psicologia na Educação Básica. Parte deste desconhecimento pode estar relacionado ao pouco prestígio e desvalorização da docência de um modo geral, como demonstram as pesquisas mais recentes. Ademais, esse desconhecimento também pode estar atrelado à desvalorização do campo da educação e docência entre profissionais e estudantes da própria Psicologia. Conforme observado na literatura sobre licenciatura e ensino de Psicologia, há pouco estímulo e investimento na formação para a docência nesta área entre os profissionais. Entre os egressos, as perspectivas profissionais ainda estão vinculadas àquelas áreas tradicionais como a clínica. Por limitações desta pesquisa, não foi possível analisar os projetos pedagógicos dos cursos e, assim, não foi possível saber quais ênfases orientam a formação. Futuras pesquisas poderiam ser realizadas expandindo a quantidade de participantes, para que alunos da licenciatura de outros estados possam participar e terem suas respostas cotejadas com as desta pesquisa. Além disso, novos públicos-alvo podem ser incluídos, como coordenadores de curso e docentes. A despeito do segmento (alunos, professores e coordenadores), pesquisas de natureza qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, contribuiriam para a compreensão mais aprofundada da visão dos participantes.

A Educação Básica vem passando por mudanças significativas e, neste momento, infelizmente, não há espaço no currículo do Ensino Médio para o ensino de Psicologia, embora componentes como Projeto de Vida possam ser usados para promover discussões de temas relevantes para a formação crítica dos jovens.

Além da atuação docente direta com os estudantes, os professores de Psicologia poderiam dar importantes contribuições na elaboração do Projeto Político-Pedagógico das

escolas, principalmente no que se refere às questões relacionadas à promoção dos direitos humanos e ao enfrentamento de políticas de dominação e opressão social, como o racismo, a homofobia, a xenofobia e outras formas de discriminação e opressão que fazem parte do cotidiano de crianças, adolescentes e adultos que frequentam os espaços escolares formais e informais. Infelizmente, a formação docente ainda é marginalizada em grande parte dos cursos de Psicologia no país. Com a ausência desses profissionais na Educação Básica, a Psicologia se exime de contribuir e intervir nesse campo, tão fundamental para a transformação social. Se a Psicologia se ausentar do campo da educação, não terá como responder. Se ela permanecer, terá muito trabalho pela frente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago; SILVA, Rejane Moreira. Estratificação das oportunidades educacionais no Brasil: contextos e desafios para a oferta de ensino em condições de qualidade para todos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n.124, p. 851-879, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/VTbfjyChdDycwqZztc9LDVg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2023.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. In: MASSIMI, Marina; GUEDES; Maria do Carmo. **História da Psicologia no Brasil: novos estudos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BALDUÍNO, Jordana de Castro *et al.* Contribuições da formação em licenciatura de psicologia: o olhar de licenciados para o estágio. **Psicologia: Ensino & Formação**, v. 6, n. 2, p. 101-113, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v6n2/v6n2a08.pdf>. Acesso em: 25 já. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 01 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em: 01 fev. 2022

BRASIL. **Resolução nº 5, de 15 de março de 2011**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 fev. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 01 fev. 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP**. Censo da Educação Superior 2019. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados?_authenticator=73b6b0e03f10cadf5ec8ab8e09e6be4f931e571f. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

DADICO, Luciana. Práticas educacionais distintas: A psicologia no ensino médio paulista. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, p. 421-440, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/vjBvGD8SJJLdv7gQh9XwV4w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2023.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: Características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/?format=pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

GOHN, Maria de Glória. Educação não formal nas instituições sociais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.18, n. 39, p. 59-75, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v18i39.3615>. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3615>. Acesso em: 25 jan. 2023.

Hooks, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KOHATSU, Lineu Norio. A reinserção da disciplina de psicologia no ensino médio: as especificidades da psicologia e os desafios do atual contexto educacional. **Psicologia: Ensino & Formação**, v. 1, n. 1, p. 53-66, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v1n1/o6.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

KOHATSU, Lineu Norio. O ensino de Psicologia no Ensino Médio: relatos de professores da rede pública do estado de São Paulo. **Psicologia: Ensino & Formação**, v. 4, n. 2, p. 34-

63, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v4n2/v4n2a04.pdf>. Acesso em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v4n2/v4n2a04.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

KOHATSU, Lineu Norio. Narrativas de professores de Psicologia do ensino médio: entre memórias e reflexões. **Psicologia da Educação**, n. 41, p.65-81, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n41/n41a05.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

KOHATSU, Lineu Norio et al. (2016). A formação de professores de Psicologia e a docência nos cursos técnicos profissionalizantes. In: MASSABNI, Vânia Galindo; PIPITONE, Maria Angélica Penatti. **Formação de professores para a educação profissional**. Curitiba: CRV Editora, 2016, p. 121-141.

KOHATSU, Lineu Norio; MACHADO, Lucas Antunes. A disciplina de Psicologia no Ensino Médio: revisitando as práticas dos professores da rede pública do Estado de São Paulo. **Educação Por Escrito**, v. 9, n. 2, p. 398-417, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/27862/17604>. Acesso em: 25 jan. 2023.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Psicologia no ensino médio: desafios e perspectivas. **Temas em psicologia**, v. 15, n.1, p. 11-21, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v15n1/03.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MACHADO, Lucas Antunes. Ensino de Psicologia no Ensino Médio e Psicologia Escolar: história, diferenças e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 1, p. 101-108, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-353920150201933>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/YZFR843rGjKbgFpFchCB8FF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MACHADO, Lucas Antunes; VITÓRIA, Maria Inês Côrte. O ensino de psicologia no currículo da educação básica: análise da formação docente. **Revista Educação Online**, v. 13, n. 27, p. 189-216, 2018. DOI: <https://doi.org/10.36556/eol.v13i27.405>. Acesso em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/405/194>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MACHADO, Lucas Antunes. Ensinar e aprender psicologia na escola: reflexões sobre o ensino engajado nas salas de aula. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 22, n. 00, 2021. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v22i00.15386>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/15386>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MASSIMI, Marina. Projetos de lei prevendo a inserção da psicologia nos currículos do ensino superior e secundário no Brasil do século XIX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 9, n. 2, p. 261-269, 1993. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/17217>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MRECH, Leny Magalhães. Um breve histórico a respeito do ensino de psicologia. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 8, n. 2, p. 255-235, 2007. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/657/672>. Acesso em: 25 jan. 2023.

OLIVEIRA, Irani Tomiatto et al. Formação em Psicologia no Brasil: Aspectos Históricos e Desafios Contemporâneos. **Psicologia: Ensino & Formação**, v. 8, n. 1, p. 3-15, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21826/2179-5800201781315>. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v8n1/v8n1a02.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

PANDITA-PEREIRA, Angelina. **Reflexões sobre o ensino de psicologia em Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo**. 2011. 170. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia (Universidade de São Paulo), São Paulo, 2011.

PEREIRA, Omar Calazans Nogueira. Orientação profissional e licenciatura em Psicologia: uma aproximação possível. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 17, n. 2, p. 225-231, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v17n2/10.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

PEREIRA, Omar Calazans Nogueira. O licenciado em Psicologia no ensino fundamental: possibilidade de atuação. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/F53WdR6SvBz4grMG4NNJKdk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2022.

SIMÕES, Sônia Pires; PAIVA, Maria das Graças Vasconcelos. Licenciatura em Psicologia: legislação e nova proposta curricular na Universidade do Estado Rio de Janeiro. **Temas em Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 115-125, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v15n1/12.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SOUZA, Marilene Proença Rebello. A psicologia escolar e o ensino de psicologia: dilemas e perspectivas. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 8, n. 2, p. 258-265, 2007. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v8i2.660>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/660/675>. Acesso em: 25 jan. 2023.

Enviado em: 11-07-2022

Aceito em: 28-12-2022

Publicado em: 17-03-2023